



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**MICHELE DE SOUZA SILVA**

**O PAPEL DO CUIDADOR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL, NO MUNICÍPIO DE  
MURITIBA-BA EM 2018 E 2019.**

Cachoeira – Ba

2022

**MICHELE DE SOUZA SILVA**

**O PAPEL DO CUIDADOR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL, NO MUNICÍPIO DE  
MURITIBA-BA EM 2018 E 2019.**

Trabalho de Conclusão de Curso no formato de monografia - do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.<sup>a</sup>. Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira – BA

2022

**MICHELE DE SOUZA SILVA**

**O PAPEL DO CUIDADOR NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADE  
EDUCATIVA ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MURITIBA-BA  
ENTRE 2018 E 2019**

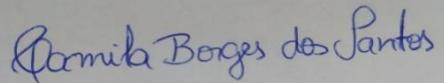
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 11 de março de 2022.

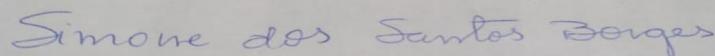


**Maria Inês Caetano Ferreira**

Doutora em Sociologia pela USP Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



**Me. Camila Borges dos Santos** Mestre em Ciências  
Sociais pela UFRB Universidade Federal da Bahia



**Me. Simone dos Santos Borges**

Mestre em Educação pela UFBA Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

SILVA, Michele de Souza. O papel do cuidador na inclusão de crianças com necessidade educativa especial no município de Muritiba-Ba nos anos de 2018 e 2019.

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a efetivação da política pública de inclusão de crianças com necessidade educativa especial no município de Muritiba-BA em 2018 e 2019, e de que maneira o cuidador impacta no comportamento e na aprendizagem das mesmas.

A pesquisa foi realizada com 21 pais e responsáveis de alunos do ensino fundamental I, da rede pública de ensino de Muritiba, por meio do Google questionários, onde questões foram aplicadas no ano de 2022. Em seguida as respostas foram sintetizadas e analisadas. Os resultados encontrados revelam o perfil do discente com NEE, produzindo também um levantamento das principais dificuldades enfrentadas pelos mesmos e dos benefícios da presença do cuidador em sala de aula.

**Palavras-chave:** Inclusão, necessidade educativa especial(NEE), práticas pedagógicas

inclusivas, cuidador

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	5
INTRODUÇÃO	6
I. OBJETIVOS	8
Geral	8
Específicos	8
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
Expectativas dos pais e professores	10
Práticas pedagógicas inclusivas	10
Inclusão social de pessoas com deficiência na educação, cultura e lazer	11
III. CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NEE NO BRASIL	15
IV. INCLUSÃO ESCOLAR: LEIS QUE REGULAMENTAM A INCLUSÃO NO BRASIL	18
V. METODOLOGIA UTILIZADA	
VI. O PAPEL DO CUIDADOR : ANÁLISE DE DADOS	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição segundo o nível de informação dos entrevistados sobre a presença dos cuidadores em sala de aula, 2022.	34
Gráfico 2- Distribuição segundo as mudanças comportamentais apresentadas pelos discentes após inserção do cuidador em sala de aula, 2022.	35
Gráfico 3- Distribuição de entrevistados segundo tenha notado alguma modificação como a considera, 2022.	36
Gráfico 4- Distribuição dos entrevistados segundo sua percepção sobre o desempenho escolar de seus filhos com NEE após o cuidador ter sido inserido em sala de aula, 2022.	37
Gráfico 5- Distribuição dos entrevistados segundo sua observação do desempenho escolar de seu filho(a) antes do cuidador ter sido introduzido em sala de aula, 2022.	38
Gráfico 6- Distribuição dos entrevistados de acordo a sua percepção da interação comportamental de suas crianças com NEE no período pós cuidador, 2022.	39

Gráfico 7- Distribuição dos entrevistados segundo sua percepção sobre a relação preestabelecida entre sua criança com NEE e o cuidador, 2022 40

Gráfico 8- Distribuição dos entrevistados segundo sua aprovação ou não do cuidador em sala de aula, 2022. 41

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi instigada por minha vivência como cuidadora de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no município de Muritiba nos anos de 2018 e 2019, onde pude fazer diversas observações sobre o processo de ensino aprendizagem desses sujeitos, e a partir disto desenvolveu-se o anseio de conhecer mais sobre os direitos desse corpo discente em nosso país para isso no ano de 2021 desenvolveu-se metodologicamente uma pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo documental.

No qual realizou-se um estudo estruturado sistematizado em capítulos no primeiro capítulo apresentamos os objetivos que nortearam este estudo; em seguida, é apresentada a fundamentação teórica que orienta as preocupações deste trabalho em relação à Inclusão Escolar de Crianças com Necessidades Educativas especiais, sob as expectativas dos pais e professores, perpassando pela ótica das práticas pedagógicas inclusivas e pelos principais pilares sociais de efetivação da inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Dando ênfase para os autores, Cintra, Rodrigues e Ciasca, no terceiro capítulo desenvolve-se o contexto histórico da inclusão escolar no Brasil desde os séculos XVII e XIX

A fim de que pudéssemos identificar o papel do cuidador no processo de ensino-aprendizagem das crianças com NEE, realizou-se uma casuística à partir das perceptivas dos pais e responsáveis de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais da rede pública de ensino do município de Muritiba, através da aplicação via Google Formulário de questionário estruturado, tendo 21 indivíduos como respondentes, onde levantou-se os principais fatores que implicam na relevância do cuidador no processo de ensino aprendizagem dessas crianças. Por conseguinte, nota-se que todos os respondentes são a favor da presença do cuidador em sala de aula o que reforça a importância do presente estudo, no sentido de tomar ciência do perfil do alunado com NEE do município, identificando o papel do cuidador na efetiva inclusão do alunado com necessidades educativas especiais muritibano em sala de aula.

## **I. OBJETIVOS**

Abaixo estão descritos os objetivos desse Trabalho de Conclusão de Curso.

### **Geral**

Analisar a importância da ação do cuidador, no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidade Educativas Especiais, do ensino fundamental I na rede de ensino pública no município de Muritiba-Ba.

### **Específicos**

- Conhecer o perfil socioeconômico das famílias das crianças com Nee
- Pontuar os problemas, enfrentados pela família, no processo de inclusão escolar das crianças com NEE.
- Identificar, qual o papel do cuidador no processo de socialização e aprendizagem das crianças com NEE.
- Levantar as ações positivas da presença do cuidador no processo de inclusão escolar de crianças com NEE.

## II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho exigiu a discussão de diversos conceitos para a construção de um aporte teórico que permitisse a compreensão do fenômeno estudado e da construção dos instrumentos metodológicos.

### **Expectativas dos pais e professores**

Ao longo de nossas vidas participamos de vários grupos e o primeiro grupo a qual todos nós estamos inseridos é a família, e a análise da mesma se faz necessária para que pudéssemos compreender quais são as reais expectativas dos pais dos alunos com NEE. Segundo Cintra; Rodrigues e Ciasca (2009), a primeira reação esboçada pelos pais das crianças com NEE é o sentimento de negação da especialidade do filho, pois tratando-se de algo novo e imprevisível, essa família ainda está passando por um processo de adaptação e aceitação.

Por estarem envolvidos em um mix de emoções e sentimentos, muitos acabam matriculando seus filhos na escola regular na tentativa de negar o parecer médico utilizando-se desse mecanismo como uma maneira de tentar contraprova da especialidade de seu filho. Alguns pais de crianças com NEE passam por esse período de negação e isso não quer dizer que eles não sentem afeto pelos seus filhos e sim que eles sentem medo de que suas crianças não venham a ser aceitas por serem diferentes. É importante ressaltar que durante muito tempo pessoas com deficiências foram mantidas à margem da sociedade, enclausuradas, escondidas afastadas do convívio das demais, e isso contribui para que ainda hoje pais de crianças com NEE sintam medo e demoram a aceitar o real estado de seus filhos, essa não aceitação leva ao diagnóstico tardio em alguns casos.

Ao buscar uma escola de ensino regular, os pais esperam que seus filhos sejam aceitos, buscam pelo cumprimento de seus direitos, mas também esperam que essa mesma instituição tenha profissionais capacitados aptos a lidar com as necessidades especiais de cada criança, mas acima de tudo esperam reconhecimento, afeto e

respeito.

Em contrapartida os pais das crianças sem necessidades especiais, tem muitas expectativas quanto ao processo de ensino aprendizagem de seus filhos primando pelo desenvolvimento total de suas habilidades, esperam que eles tenham um alto desempenho ao longo de sua vida escolar e temem pela inserção de crianças com NEE em sala de aula, acreditando que isso pode retardar o desenvolvimento de seus filhos mesmo o contrário sendo deixado claro não é incomum que isso aconteça.(CINTRA; RODRIGUES e CIASCA, 2009, p.56).

Nesse mesmo aspecto, professores seguem fazendo adaptações metodológicas para que todos os alunos consigam desenvolver seu conhecimento da melhor maneira possível de modo que suas especificidades venham a ser respeitadas, o principal obstáculo encontrado por esses profissionais ainda é a falta de formação adequada e em muitos casos a falta de outro profissional para acompanhar exclusivamente o alunado com NEE dentro da sala de aula, de modo que o mesmo consiga a seu tempo acompanhar a matriz curricular, e possa se envolver também em outras atividades a dinâmica de sala de aula.

## **Práticas pedagógicas inclusivas**

A inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais na rede pública de ensino em turmas de ensino regular, é algo que a muito vem sendo pretendido em escala global, apesar de tratar-se de uma construção social diária, da maneira que os indivíduos se relacionam com os outros e com o meio ao qual estão inseridos, muito ainda deve ser feito. Segundo dados publicados pelo MEC em 2000 cerca de 6 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar, têm algum tipo de NEE e um percentual muito pequeno de apenas 5 % dessa população recebe algum tipo de atendimento psicopedagógico. (RIBEIRO, LIMA e SANTOS, 2009). Vale salientar que mesmo tendo seu acesso assistência e permanência assegurados por lei na Constituição Federal de 1988 art. 8 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n 9.394/96, uma parcela muito pequena da população em fase escolástica com NEE recebe algum tipo de atendimento psicopedagógico. Os referidos documentos, trazem um conjunto de normas que regulamentam o tratamento dispensado ao alunado com NEE, é de suma importância que todos os profissionais que estejam direta e/ou indiretamente envolvidos no apoio psicopedagógico formativo dessas crianças tomem ciência dos mesmos.

Deste modo faz-se necessário que as instituições de ensino proporcionem condições adequadas, para que todos os discentes nela inseridos usufruam do conhecimento por ela ofertado, da forma mais igualitária possível de maneira que o aprendizado adquirido possa ser utilizado posteriormente em seu convívio social. Por consequência é imprescindível que a referida instituição de ensino adote todas as modificações sugeridas para que o processo de inclusão escolar venha ser de fato efetivado.(RIBEIRO, LIMA e SANTOS, 2009). Deste modo o ambiente escolar deve ser acolhedor, e todos os atores envolvidos no cotidiano escolástico devem auxiliar na promoção de valores e atitudes e éticos morais, que contribuam na criação de uma consciência coletiva de auto aceitação e respeito entre as crianças, sendo essas com NEE ou não, não deixando é claro de explorar suas potencialidades.

Deste modo considera-se a formação especializada dos professores que empreendem crianças com necessidades educativas especiais, um dos principais alicerces na

construção da escola inclusiva. Mas vale ressaltar que se este conhecimento não vier acompanhado de mudanças na elaboração do conteúdo pedagógico, adaptações na estrutura física e comportamental de todos os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, dificilmente as crianças e adolescentes com NEE estarão de fato incluídos na rede ensino regular. Essa ideia baseia-se na compreensão do Projeto Político-pedagógico apresentado pelo Ministério da Educação. (RIBEIRO, LIMA e SANTOS, 2009).

O projeto político-pedagógico é um instrumento técnico e político que orienta as atividades da escola, delineando a proposta educacional e a especificação da organização e os recursos a serem disponibilizados para sua implementação. Os princípios e objetivos de ordem filosófica, política e técnica permitem programar a ação educacional, imprimindo-lhe caráter, direção, sentido e integração, articulando-se com as seguintes dimensões da administração escolar: pedagógico-curricular, administrativa financeira, organizacional-operacional, comunitária, sistêmica e de convivência são os fundamentos que orientam a proposta educacional. (BRASIL, 2005, p.114).

Desde modo para que as crianças com NEE estejam de fato incluídas e não apenas inseridas nas instituições de ensino, se fazem necessária um conjunto de práticas ações e adaptações, para além do conteúdo programático, mas também em sua estrutura física, e no quadro de seus profissionais para que deste modo uma escola inclusiva seja de fato construída respeitando e atendendo as necessidades especiais desses discentes.

## **Inclusão social de pessoas com deficiência na educação, cultura e lazer**

De acordo com o estudo “ Inclusão Social de pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer ”

[...]a *inclusão social* é entendida como a participação ativa nos vários grupos de convivência social, e a *deficiência*, como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou

função corporal (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2003), incluindo a função psicológica.

Sendo compreendida como o conjunto de ações, normas, regras e preceitos que permeiam a concepção do convívio dos indivíduos de determinada sociedade a cultura é o primeiro aspecto que se faz presente em todos os grupos, a qual todos nós estamos inseridos atuando como fator determinante para o estabelecimento de padrões comportamentais. Possuindo várias percepções diferentes, esse aspecto é de fundamental importância na construção dos princípios éticos e morais que permeiam a formação social do indivíduo, pois é a partir da cultura que temos um primeiro contato com tudo aquilo que é visto e sabido como bom ou mal, feio ou bonito, aceitável ou repugnante e com base nisso moldamos nossos saberes e vivências. (MAZZOTA e D' ANTINO, 2011).

Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que a cultura atua diretamente como fundamentadora de estigmas, chavões e moldes estéticos, onde tudo o que foge do estereótipo, dos padrões das representações pré-estabelecidas pela sociedade, é visto de forma depreciativa, discriminatória, marginalizada, o que concretiza a violência, tudo aquilo que deprecia, descriminaliza, ou desfavorece um indivíduo em decorrência de suas características biológicas podem ser consideradas como violência. Outrora podemos afirmar que todas as vezes em que a pessoa é impelida no exercício de seus direitos, ou inibida em sua condição de cidadão, conseqüentemente implicará em alguma forma de violência. Tais práticas hostis perpetuaram-se por muitos anos na sociedade onde todas as pessoas que fossem diferentes das demais sofriam algum tipo de discriminação os mais afetados com isso foram os deficientes físicos, mentais, intelectuais e sobretudo aqueles que combinavam duas ou mais deficiências.

Podendo ser considerada como um bem de capital uma vez que compreendemos bens de capital, como aqueles que possuem a capacidade de gerar outros bens serviços e produtos a cultura, também está enclibida de orientar, gerar, difundir e discutir práticas, bens e espaços sejam estes regidos por órgãos públicos ou privados de modo que esses sejam utilizados por toda a população independente de sua

condição biológica.

O Ministério da Cultura (Minc), através do Programa Nacional à Cultura (PRONAC) de 1991, assegura o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a atividades, espaços e apresentações culturais em equidade com os demais indivíduos, de modo que o acesso e a permanência desses sujeitos respeitem sua dignidade humana. No presente documento define-se como deficiente aquele que por ventura tenha sua capacidade de relacionar-se com o meio e utilizá-lo permanentemente limitada, e como pessoa com mobilidade reduzida aquela que temporariamente tem essa capacidade limitada.(Brasil, 2007).

Logo podemos afirmar que a construção de espaços socioculturais onde o acesso de pessoas com quaisquer tipo de necessidade especial tenha pleno acesso e permanência assegurados, é de fundamental importância para que quaisquer tipo de preconceitos venham a minimamente reparados.

## **Educação e Inclusão Escolar**

Segundo Mazzota e D'antino (2011), a inclusão escolar de crianças e adolescentes com necessidades especiais em turmas de ensino regular, tornou-se a principal pauta de diversas conferências ao redor de todo o mundo, dentre elas Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 na Tailândia, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em 1994 em Salamanca na Espanha, onde 92 governos e 25 organizações outorgaram a presente declaração, reiterando o compromisso das escolas de amparar todas as crianças independente de suas disparidades biológicas, sendo essas físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (Brasil, 1997, p. 17).

Nota-se o anseio por parte de diversos países e suas respectivas lideranças de prover o direito de todas as crianças ao acesso à espaços igualitários na sociedade, apesar de ter partido de grupos da sociedade civil em sua maioria formados por pais de crianças com NEE o movimento inclusivista não surtiu o efeito esperado de forma imediata. Décadas de marginalização, opressão e segregação não poderiam ser apagadas tão pouco extraídas da cultura preconceituosa impregnada na sociedade apenas com a assinatura de um impresso.

Em território nacional uma série de leis e decretos que visam promover a inclusão escolar são de fundamental importância para assegurar a efetivação dessas políticas públicas, dentre elas estão; a Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal de Educação para Todos de 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação de 2001, e a Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Primando a educação enquanto direito de todos e o dever do estado, reforçando o direito de crianças e adolescentes com condições especiais a educação em condições igualitárias aos demais, e possibilitando com que os mesmos possam frequentar o ambiente escolar em condição de respeito a sua dignidade humana, com a criação de um ambiente adaptado às especificidades de cada aluno.

A respeito da inclusão escolar no Brasil, tenta-se fazer uma ilusão a cavalo, onde os discentes são inseridos nas unidades de ensino, mas os profissionais que empreendem com essas crianças não recebem nenhum tipo de qualificação ou treinamento, além disso as barreiras arquitetônicas continuam a existir, o alunado com necessidade especial quase sempre é alocado nas escolas por imposição legal ou medida judicial, na tentativa frustrada de padronizar a inclusão.(MAZZOTA e D' ANTINO, 2011).

Sem levar em consideração as peculiaridades de cada região, restringindo a matrícula desses alunos unicamente ao aspecto compulsório, de acordo com o que é previsto em lei, sem proporcionar condições de acesso e permanência igualitária a todos, tendo em vista que para o princípio igualitário seja de fato efetivado se faz necessária um conjunto de práticas e ações que vão para além do aspecto legal. Além disso, fatores como,

número de alunos por professor, falta de profissionais especializados, falta material pedagógico, falta de recursos administrativos e é claro a falta de adaptações na estrutura física, impedem que a inclusão de fato aconteça em instituições da rede pública de ensino espalhadas por todo país.

## **Lazer**

Entende-se como lazer tudo o que pode de alguma forma trazer prazer para o indivíduo, ou até mesmo tudo aquilo que se faz em tempo ocioso que tem como objetivo gerar alegria, satisfação e uma gama de sentimentos bons, que de alguma forma nos permita regozijar, esse conjunto de atividades pode ser realizados em grupos ou de maneira individual em espaços públicos ou privados de modo que venha promover ou não a interação entre os sujeitos. Podendo ser considerado como principal mecanismo de interação entre crianças e adolescentes em idade escolar, o lazer tem um papel fundamental na quebra de paradigmas, na desconstrução de estigmas e estereótipos historicamente marginalizados. (MAZZOTA e D'ANTINO, 2011).

Documentos como a declaração internacional dos direitos humanos de 1948 e posteriormente a Declaração de Cartagena trazem adendos que incluem o lazer como uma vertente importante e necessária às pessoas com necessidades especiais mais do que isso legitima e assegura esse direito, em 1988 no Brasil a Constituição Federal reafirma os direitos dessas pessoas dando ênfase ao direito das mesmas a acessibilidade, principalmente no tocante a mobilidade onde parques, teatros, cinemas e tantos outros espaços de uso coletivo. Os referidos documentos objetivavam minimizar os obstáculos que impediam a presença e a efetiva participação desses sujeitos nas práticas de entretenimento.

Faz-se necessário ressaltar o papel dos meios de comunicação nesse processo uma vez que também atuam como ferramenta de entretenimento e lazer, o rádio, a televisão e

posteriormente a internet, assumiram um papel irrefutável na efetivação da inclusão de pessoas com necessidades especiais uma vez que,esses dispositivos de comunicação, ditam comportamentos, atitudes e tem um poder de alcance colossal, esses instrumentos vêm sendo utilizados para proporcionar visibilidade a esses sujeitos além de proporcionar-lhes um sentimento de pertencimento e aceitação. (MAZZOTA e D'ANTINO, 2011).

### **III. CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL**

A princípio as pessoas com necessidades especiais, sofreram com condutas de exclusão, abandono, negligência e extermínio, sempre sendo deixados à margem da sociedade, e isso se perpetuou por toda a idade média onde esses indivíduos se mantiveram enclausurados, escondidos em asilos, conventos e no interior das grandes fazendas, a persona com necessidades especiais era vista como motivo de repulsa, vergonha, medo e até mesmo como a personificação do maligno.Nesse sentido, a Educação Especial surge como uma tentativa de sobrepor o preconceito e a marginalização sofridos pela população com necessidades especiais.(BARBOSA, FIALHO E MACHADO, 2018).

Nos séculos XVIII e XIX a escola tinha como base uma estrutura separatista, onde

os os alunos eram divididos por classes de acordo a suas condições físicas, logo todo aquele que não se enquadra-se dentro dos padrões pré-estabelecidos como normais para a época eram privados do acesso à educação. Outrora institutos de educação especial foram criados para atender a demanda educativa do alunado com necessidades educativas especiais, em sua maioria tratava-se de entidades com caráter asilar, que mantiveram essas pessoas reclusas mantendo os os mesmos isolados, do convívio em sociedade.

Em nosso país a educação de crianças e adolescentes com NEE, permanecia marginalizada, uma vez que não era considerado uma obrigação do Estado, restringindo-se muito ao campo do assistencialismo e as especialidades desses sujeitos eram consideradas anomalias responsáveis pela, não aprendizagem e consequente baixo desempenho escolar dos mesmos.

A educação especial a muito ficou esquecida no cenário nacional e só no final do século XIX início XX, a partir de pressões de instituições internacionais passou a figurar-se como pauta estatal, restringindo-se ao atendimento de cegos e surdos, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos surdos, respectivamente criados em 1854 e 1857 estando ambos localizados no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de minimamente ofertar letramento básico a esses discentes, música, ensino religioso moral e cívico, para que os mesmos estivessem condições mínimas de conviver em sociedade, restringindo-se ao acesso de crianças e adolescentes do sexo masculino, excluindo as discentes do sexo feminino e principalmente aqueles que possuía algum de transtorno mental ou motoro. (BARBOSA, FIALHO E MACHADO, 2018).

Nos anos de 1961 foi criada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no referido texto tinha como objetivo regulamentar o tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais chamadas de excepcionais termo que atualmente não é mai utilizado, a principal ideia apresentada pelo escrito era a de se possível enquadrar as ditas excepcionais a rede de ensino regular. (BRASIL, 1961)

Nesse contexto se faz necessário ressaltar que a presença do alunado com Necessidades Educativas Especiais na rede pública de ensino, limitava-se a uma perspectiva inclusivista organizacional onde os indivíduos que fossem capazes de

acompanhar o projeto pedagógico proposto estariam inseridos em turmas regulares em contrapartida os demais tinham sua presença limitada a participação de turmas de ensino especial ou a instituições de assistencialismo filantrópico da rede privada o que reforçava o caráter segregatório, separatista da educação no Brasil. Ainda que sob formas distintas, a exclusão tem sido característica recorrente na Educação fomentada no Brasil. Seguindo movimentos de ordem mundial, no Brasil perpetua-se a ideia da presença do indivíduo com Necessidades Educativas Especiais nas instituições regulares públicas de ensino, porém essa presença precisava restringir-se apenas a utilização do mesmo espaço físico pois o alunado com NEE continuava recluso nas classes de ensino especial. Com o passar dos anos a luta em favor dos direitos das pessoas com NEE ganhou força e forma, várias leis visando assegurar o direito ao acesso e permanência desses sujeitos foram promulgadas, mas do que o acesso a rede regular de ensino, o que todas essas escritas tinham em comum era o anseio de promover a dignidade humana desses indivíduos.

#### **IV. LEIS QUE REGULAMENTAM A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL**

Em nosso país o conjunto de leis que norteiam a inclusão escolar de crianças jovens e adolescentes com necessidades educativas especiais são prematuras algumas possuem menos de vinte anos de promulgação, este fato associado a todos os dogmas, paradgmas e falta de informação, recusos básicos, formação adedquada de profissionais são um dos principais entraves para que o instrumento da lei venha efetivamente se cumprir,

## V. METODOLOGIA

Em um primeiro momento o estudo inicia-se com uma análise literária, a partir do contexto histórico da inclusão de pessoas com deficiência, as expectativas dos pais e professores, a inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais na cultura, educação e lazer e a revisão do conjunto de leis e normas que norteiam e regularizam o acesso e permanência das pessoas com necessidades educativas especiais, a turmas regulares de ensino.

A princípio a proposta metodológica baseava-se em uma pesquisa qualitativa, onde os dados seriam coletados a partir da análise do desempenho do alunado com NEE, tendo como base os relatórios individuais contidos nos diários escolares, para que isso viesse a acontecer os dados seriam coletados em uma visitação às escolas, que assim como a maioria das instituições de ensino encontravam-se fechadas, limitando suas atividades unicamente a modalidade remota, devido ao momento ao qual todos fomos acometidos com a pandemia do COVID-19, onde por medida de contenção da disseminação do vírus e manutenção da vida o melhor a ser feito era respeitar o distanciamento social.

A partir disso, outra forma deveria ser encontrada para analisar o desempenho do alunado com necessidades educativas especiais, mas quem melhor percebeu as mudanças apresentadas no processo de ensino aprendizagem e socialização dessas crianças do que seus próprios pais. Tendo como base esse pensamento, um questionário estruturado foi formulado com o objetivo de identificar o papel do cuidador na inclusão das crianças com NEE em turmas de ensino regular. Esse questionário foi direcionado unicamente aos pais ou responsáveis dessas crianças, devido a sua praticidade, segurança e fidedignidade da coleta de seus dados o Google Formulários foi utilizado como mecanismo de recolhimento e análise de dados.

Mas para que os mesmos chegassem ao público alvo foi realizado um trabalho de ampla divulgação nas redes sociais, além de conversas com o grupo de apoio pedagógico à criança com NEE do município de Muritiba o que nos levou a construir novos contatos que nos permitiram conhecer e dialogar com grupos de pais de crianças com NEE. Essa busca ativa nos levou a aplicar o questionário ao maior número possível de indivíduos que compunham nosso público alvo, pais ou responsáveis de crianças com NEE, assegurando uma maior legitimidade à referida pesquisa. O questionário estruturou-se em blocos a saber; as particularidades do alunado com necessidade educativa especial, de seus respectivos pais ou responsáveis, das condições socioeconômicas de suas famílias, da relação estabelecida entre o cuidador e essas crianças e de que forma isso poderia interferir em seu processo de ensino aprendizagem.

Por fim seus resultados serão explanados por meio de gráficos, resumos e quaisquer

outras formas de possível publicação científica, projetando-se que a investigação possa auxiliar na construção de indicadores sociais para possíveis instauração de políticas públicas de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens com necessidades educativas especiais na rede pública de ensino regular no município de Muritiba.

## VI. O PAPEL DO CUIDADOR : ANÁLISE DE DADOS

**GRÁFICO 1-** Distribuição dos entrevistados segundo seu nível de informação a respeito da implementação de cuidadores em sala de aula, 2022.

Foi introduzido em sala de aula o cuidador, um profissional que acompanha, crianças com Necessidade Educativa Especial em sala de aula, aux...-as a realizar suas atividades. Você sabia disso ?

20 respostas



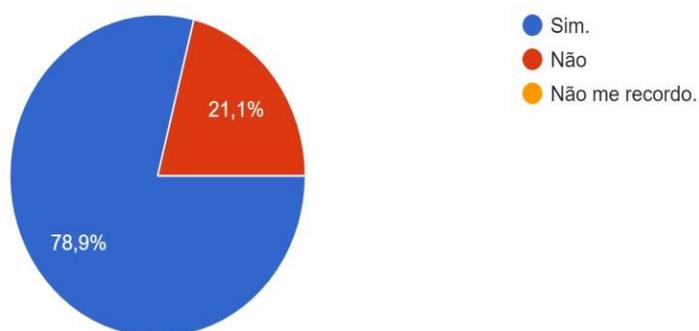
Fonte: elaborado pela autora, 2022

Destaca-se nesse diagrama o fato de 75% dos entrevistados afirmarem que foram comunicados da presença do cuidador em sala de aula, enquanto 15% afirmam não se recordarem de ter sido comunicados e outros 5% não sabiam da presença do cuidador em sala de aula, os 5% restante corresponde a respondentes que não residem no município de Muritiba logo não correspondem a nosso público alvo. Somando os que não sabem e os que não se recordam chegamos ao percentual de 20% dos respondentes e isso nos faz refletir até que ponto esses pais e responsáveis de fato estão envolvidos no processo socioeducativo de seus filhos. Fazendo-nos questionar quais fatores podem estar interferindo nessa efetiva participação, tendo em vista os dados levantados em nossa pesquisa podemos afirmar que 84.2% dos respondentes encontram-se em condição de pobreza ou abaixo da linha da pobreza tendo como sua única fonte de renda o Auxílio Brasil e o BPC, ambos benefícios concedidos pelo governo federal, tendo respectivamente valores que variam de 400 a 1100 reais, a quantidade restante dessa parcela afirma ter como única fonte de subsistência um singular salário mínimo no valor de 1100 reais, fora os descontos a que todos os trabalhadores estão condicionados, além disso o fator número de pessoas por residência também reforça o perfil de pobreza a qual essas famílias estão condicionadas 30% dos respondentes asseguram que em suas residências contando consigo e sua criança com NEE residem de 5 a 7 pessoas e os 70% restante afirmam que realizando a mesma contagem os moradores de sua residência chegam de 2 a 4 pessoas se dividirmos o valor de um salário mínimo pela média de pessoas que compõe o grupo familiar dessas crianças o resultado será igual a 1100 dividido por 4,5 concluindo-se que 70% dessas famílias possuem renda igual ou inferior a aproximadamente 244 reais mensais por pessoa. A busca por atividades informais que visem complementar sua renda mensal pode ser utilizada como justificativa mais plausível para a insciência de alguns pais a presença do cuidador em sala de aula.

**GRÁFICO 2-** Distribuição de entrevistados segundo mudanças comportamentais apresentadas ou não pelos discentes após a inserção do cuidador em sala de aula.

Após o cuidador ter sido inserido em sala de aula você notou alguma mudança no comportamento do se filho(a) ?

19 respostas



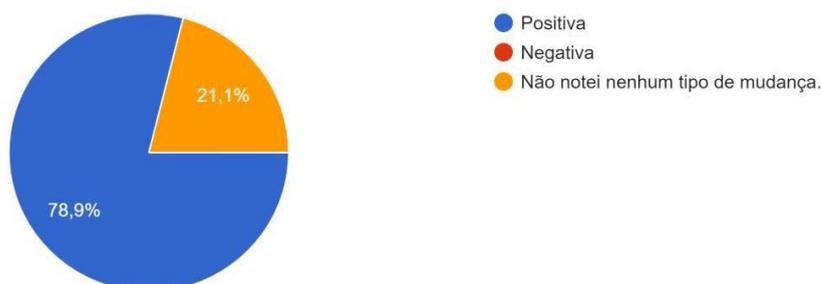
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Observa-se no seguinte diagrama que 78,9% dos pais e responsáveis observaram algum tipo de alteração no comportamento de seu filho, logo após o cuidador ter sido introduzido em sala de aula, antagonicamente 21,1% dos respondentes, afirmam não terem notado nenhum tipo de mudança no modo de agir de seus filhos fazendo-se um cruzamento entre os dados obtidos no gráfico 1 com os dados obtidos no gráfico 2 podemos observar que o mesmo número de pais que declaram não ter notado nenhum tipo de mudança no comportamento de suas crias é equivalente, a fração que afirma não saber da presença do cuidador, isso nos faz questionar, se de fato ele não tenha notado nenhuma alteração comportamental ou se está assumindo um caráter desmazelado no trato com sua criança com necessidade educativa especial.

**GRÁFICO 3-** Distribuição de entrevistados caso tenha notado alguma modificação como a considerará, 2022.

Caso sua resposta seja Sim você considera essa mudança:

19 respostas



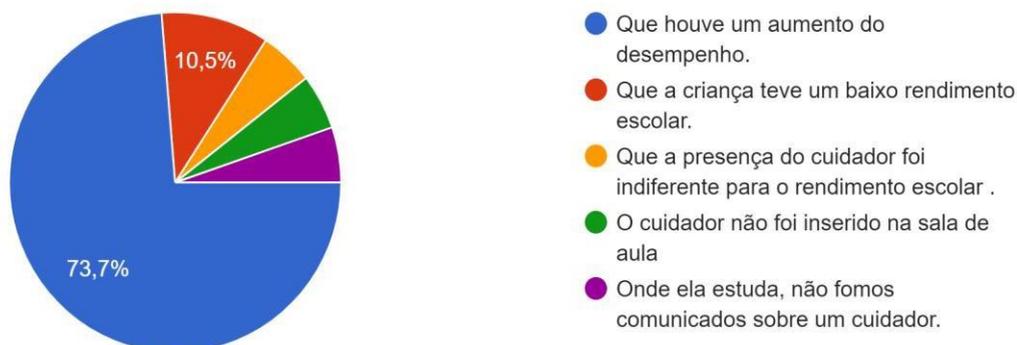
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Nota-se que a maioria dos respondentes totalizando o percentual de 78,9% dos respondentes afirmam terem notado mudanças positivas no comportamento de suas crias, divergindo com essa maioria, um percentual de menos de um quarto dos entrevistados 21,1%, asseguram não terem constatado nenhum tipo de alteração comportamental no período pós cuidador.

**GRÁFICO 4-** Distribuição dos entrevistados segundo sua percepção a respeito do desempenho escolar de seus filhos com NEE após o cuidador ter sido inserido em sala de aula, 2022.

No tangente ao desempenho escolar você acredita:

19 respostas



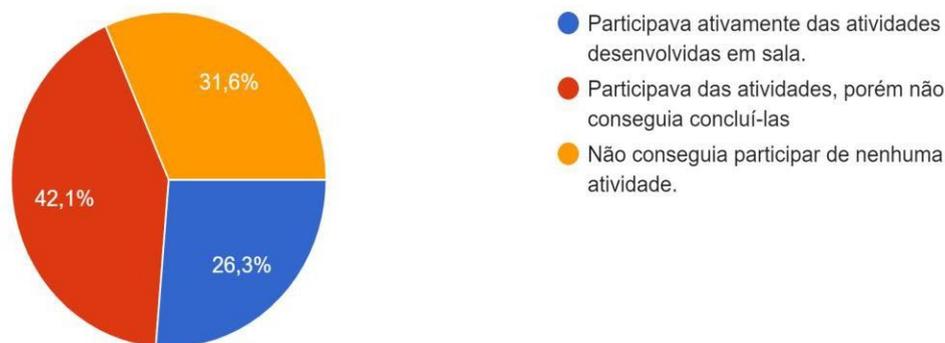
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Faz-se necessário considerar o expressivo número de pais responsáveis figurando 73,7% dos respondentes, afirmam que logo após o cuidador ter sido introduzido em sala de aula percebeu-se um aumento no desempenho escolar de suas crias, esse fator pode ser preponderante na construção de novos horizontes para essas crianças, uma vez que conseguindo ter um maior desempenho nas séries iniciais elas podem estar mais bem preparadas para os anos seguintes dando continuidade a seus estudos.

**GRÁFICO 5-** Distribuição dos entrevistados segundo sua observação do desempenho escolar de seu filho(a) antes do cuidador ter sido introduzido em sala de aula, 2022.

Como era o desempenho do seu filho(a) antes da chegada do cuidador?

19 respostas



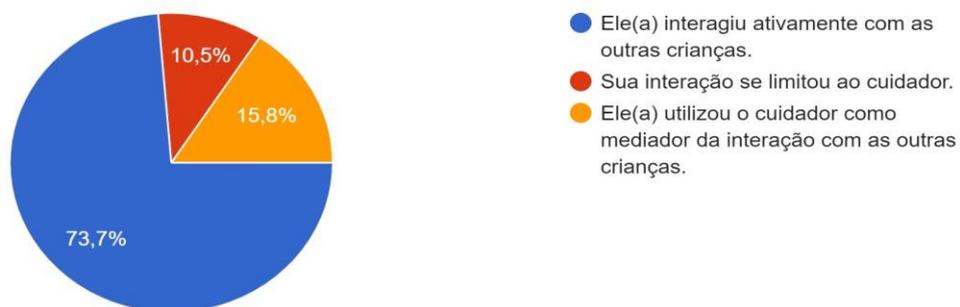
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Nota-se que a maioria dos respondentes afirmam que seus filhos não conseguiam participar de nenhuma atividade realizada em sala de aula, ou quando as realizava não conseguiu finalizá-las com sucesso, uma série de fatores podem estar relacionados a esta feita, o número elevado de alunos por professor e a falta de cuidador em sala de aula podem estar entre as principais causas dessa baixa participação desses alunos na realização das atividades do cotidiano escolástico uma vez que por estar sobrecarregado em sala de aula com vários alunos o professor não consegue dar a devida atenção que o discente com NEE necessita para realizar as atividades de maneira integral, em contrapartida quando o cuidador é introduzido em sala o estudante com necessidades educativas especiais recebe atenção e incentivo em tempo integral o que reflete em uma maior participação.

GRÁFICO 6- Distribuição dos entrevistados de acordo a sua percepção da interação comportamental de suas crianças com NEE no período pós cuidador, 2022.

Foi notada alguma mudança na interação do seu filho com os colegas de escola após o cuidador ter sido inserido em sala de aula:

19 respostas

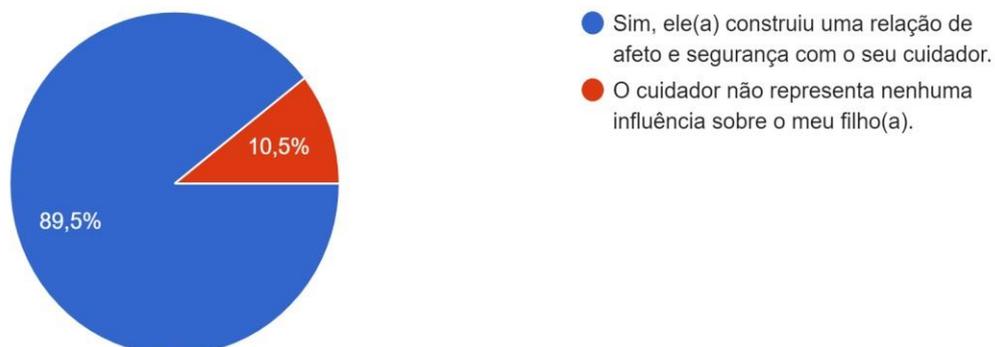


Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Destacando-se pela considerável parte dos respondentes 73,7%, afirmam que seus filhos passaram a interagir ativamente com os colegas em sala de aula, outros 10,5% afirmam que a interação de seus filhos, limitou-se ao cuidador e 15,8% dos entrevistados asseguram que o cuidador foi utilizado como mediador da interação entre as crianças em sala de aula. Essa análise nos leva a refletir como era a interação dessas crianças com os colegas de sala antes da presença do cuidador, isso nos revela o quadro de solidão a qual essas crianças poderiam estar acometidas.

**GRÁFICO 7-** Distribuição dos entrevistados segundo sua percepção a respeito da relação preestabelecida entre sua criança com NEE e o cuidador, 2022.

Em sua opinião seu filho(a) percebe a figura do cuidador como uma fonte de segurança e afeto?  
19 respostas



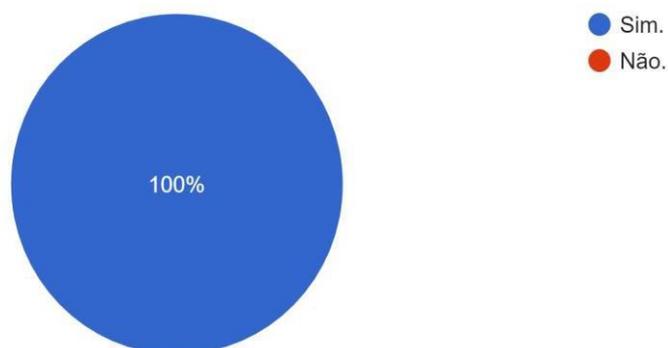
Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Faz-se necessário afirmar que o afeto apresenta-se, como premissa da fortificação das mais diversas relações ao longo da vida humana e no ambiente escolar não poderia ser diferente 89,5% dos respondentes afirmam que foi estabelecida uma relação de segurança e afeto entre seus filhos e o seu respectivo cuidador, fazendo-se uma análise de desempenhos e comportamental dessas crianças no período pós cuidador conseguiremos afirmar que uma vez sentindo-se seguras e amparadas essas crianças tendem a interagir mais com outros colegas e desempenhar com plenitude suas atividades.

**GRÁFICO 8-** Distribuição dos entrevistados segundo sua aprovação ou não do cuidador em sala de aula, 2022.

Você é a favor do cuidador em sala de aula?

21 respostas



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Ainda que 100% dos respondentes afirmam que são completamente a favor da implantação do cuidador em sala de aula, apesar de serem indispensáveis no processo de ensino aprendizagem e socialização dos mesmos tendo aprovação igual ou aproximada a 79,9% dos respondedores em diversos aspectos avaliados, quando trata-se de inclusão escolar de crianças com Necessidades Educativas Especiais se faz necessário a criação de um conjunto de ações, práticas e políticas públicas que objetivem efetivar a inclusão desses indivíduos em sua totalidade, proporcionando-lhes total equidade de acesso e permanência as referidas instituições de ensino regular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi possível constatar que todos os pais e responsáveis envolvidos são totalmente a favor da presença do cuidador em sala de aula. Muitos consideram inclusive que a presença do mesmo é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e socialização de seus filhos, construindo-se um paralelo no período antes e depois da presença do cuidador em sala de aula veremos que os pequenos passaram a ter maior participação efetiva nos exercícios rotineiros no ambiente escolástico além de conseguirem estabelecer conexões com os colegas em sala.

No decorrer desse estudo pode-se constatar que mesmo tendo seus direitos instituídos por lei, a muito a se fazer para que de fato a inclusão escolar seja efetivada em toda sua plenitude, pois ainda hoje no Brasil existem instituições de ensino que empreendem crianças com necessidades educativas especiais e estas são inseridas em salas de aula superlotadas, onde um único professor é incumbido de disseminar conhecimento e encarregar-se do cuidado da criança com NEE que por muitas vezes fica disperso e apesar de estar inserido em sala de aula permanece excluído da interação dos demais alunos, sob essa ótica o cuidador surge como uma forma de efetivamente incluir o discente com NEE a instituição de ensino, além de contribuir para prática pedagógica do professor em sala de aula.

Para que verdadeiramente a inclusão escolar aconteça faz-se necessário que os órgãos governamentais criem políticas destinadas não somente a crianças com NEE bem como a suas famílias pois está aí um dos pilares da inclusão dessas crianças. Muito já foi feito, porém há muito a se fazer para que consigamos construir uma sociedade justa, igualitária e funcional para todos os seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria Teresa; FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.19, n.4, p.487-502, out/dez.2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n4/v19n4a02.pdf>. Acesso em: 03 de março de

2021.

VIEIRA-RODRIGUES, Margarida Maria; SANCHES-FERREIRA, Maria Manuela. A Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular em Portugal: a Opinião de Educadores de Infância e de Professores do 1º Ciclo do Ensino Público e Privado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.23, n.1, p.37-52, Jan-Mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n1/1413-6538-rbee-23-01-0037.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2021.

CINTRA, Gilcineia; RODRIGUES, Sonia; CIASCA, Sylvia. Inclusão escolar: Há coesão nas expectativas de pais e professores? **Rev. Psicopedagogia**, Campinas, v.26(79), p. 55-64, Março de 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n79/v26n79a08.pdf>. Acesso em : 12 de maio de 2021.

RIBEIRO, GF., LIMA, TS., and SANTOS, MC. Inclusão escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 91-98. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-09.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2021.

BRASIL. Decreto de Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em : 21 de novembro de 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 21 de novembro de 2021.

BRASIL. Decreto de Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, Dispõe sobre o apoio

às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm) . Acesso em : 21 de novembro de 2021

BRASIL. Decreto de Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) . Acesso em 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) , Acesso em : 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de Lei Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm) , Acesso em : 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) , Acesso em 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de Lei Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm) Acesso em: 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de LEI Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado

e dá outras providências. Disponível em :  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)  
Acesso em: 22 de novembro de 2021

BRASIL, Decreto de LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)  
Acesso em : 22 de novembro de 2021

## **X. ANEXOS**

### **CARD UTILIZADO NA DIVULGAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NAS REDES SOCIAIS.**

Meu nome é Michele, sou discente da UFRB e em meu trabalho de conclusão de curso estou fazendo uma pesquisa, sobre a inclusão de crianças com Necessidade Educativa Especial na rede pública de ensino, dando ênfase ao papel do cuidador no processo de ensino aprendizagem e socialização dessas crianças.

E gostaria de contar com a sua ajuda.



**Basta clicar no link para ter  
acesso ao formulário, vale  
lembrar que esse  
questionário é direcionado  
aos pais ou responsáveis de  
crianças com necessidade  
educativas especiais**

[DOCS.GOOGLE.COM](https://docs.google.com)

## QUESTIONÁRIO / GOOGLE FORMULÁRIO

### Inclusão de crianças com necessidade educativa especial, na rede pública de ensino.

O presente questionário é direcionado a pais e responsáveis de crianças com Necessidade Educativa Especial(NEE), da rede pública de ensino do município de Muritiba e tem como objetivo compreender o papel do cuidador.

Qual o seu grau de parentesco com essa criança?

- Pai
- Mãe
- Avô
- Avó
- Outros...

Qual a sua idade ?

- Menos de 20 anos
- 21 á 30 anos
- 31 á 40 anos
- 41 á 51 anos
- Outros...

**Você se autodeclara :**

- Branco
- Índio
- Pardo
- Preto
- Outros...

**Qual seu grau de escolaridade ?**

- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Outros...

**Qual a sua renda mensal ?**

- Unicamente o BPC
- Unicamente auxílio Brasil
- 1 salário mínimo.
- 2 á 3 salários mínimos.
- Outros...

A casa que sua família mora é :

- Alugada.
- Cedida por terceiros.
- Própria.
- Outros...

Você mora :

- Zona urbana.
- Zona rural.

Contando com você e sua criança com Nee,  
quantas pessoas moram em sua casa?

- 2 á 4 pessoas.
- 5 á 7 pessoas .
- 8 á 10 pessoas.
- Outros...

Qual a idade de sua criança?

- 4 á 6 anos
- 7 á 9 anos
- 10 á 12 anos
- 13 á 15 anos
- Outros...

No tocante a etnia sua criança pode ser considerada :

- Branco
- Índio
- Pardo
- Preto
- Outros...

Qual o sexo de sua criança ?

- Feminino
- Masculino
- Outros...

Seu filho com necessidade, educativa especial é aluno da rede pública de ensino ?

- Sim
- Não

Em qual série seu filho está?

- 1º ano do ensino fundamental.
- 2º ano do ensino fundamental.
- 3º ano do ensino fundamental.
- 4º ano do ensino fundamental.
- 5º ano do ensino fundamental.
- Outros...

Qual deficiência seu filho possui :

- Cognitiva.
- Intelectual
- Mental
- Motora
- Associação de duas ou mais deficiências.
- Outros...

Foi introduzido em sala de aula o cuidador, um profissional que acompanha, crianças com Necessidade Educativa Especial em sala de aula, auxiliando-as a realizar suas atividades. Você sabia disso ?

- Sim, eu sabia fui comunicado pela escola.
- Não me lembro de ter sido comunicado pela instituição...
- Não sabia.
- Outros...

Após o cuidador ter sido inserido em sala de aula você notou alguma mudança no comportamento do se filho(a) ?

- Sim.
- Não
- Não me recordo.

Caso sua resposta seja Sim você considera essa mudança:

- Positiva
- Negativa
- Não notei nenhum tipo de mudança.

No tangente ao desempenho escolar você acredita:

- Que houve um aumento do desempenho.
- Que a criança teve um baixo rendimento escolar.
- Que a presença do cuidador foi indiferente para o ren...
- Outros...

Foi notada alguma mudança na interação do seu filho com os colegas de escola após o cuidador ter sido inserido em sal de aula:

- Ele(a) interagiu ativamente com as outras crianças.
- Sua interação se limitou ao cuidador.
- Ele(a) utilizou o cuidador como mediador da interaçã...

Em sua opinião seu filho(a) percebe a figura do cuidador como uma fonte de segurança e afeto?

- Sim, ele(a) construiu uma relação de afeto e seguranç...
- O cuidador não representa nenhuma influência sobre ...

Como era o desempenho do seu filho(a) antes da chegada do cuidador?

- Participava ativamente das atividades desenvolvidas ...
- Participava das atividades, porém não conseguia con...
- Não conseguia participar de nenhuma atividade.

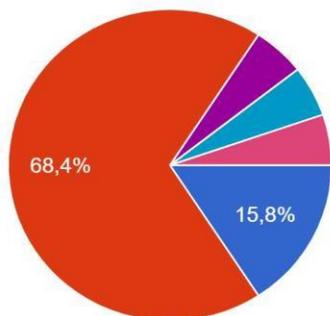
Você é a favor do cuidador em sala de aula?

- Sim.
- Não.

## GRÁFICOS DO QUESTIONÁRIO

Qual o seu grau de parentesco com essa criança?

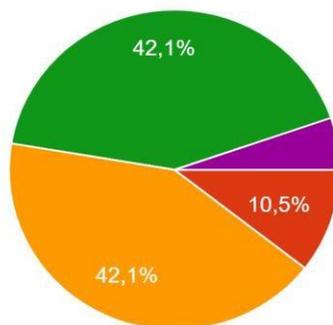
19 respostas



- Pai
- Mãe
- Avô
- Avó
- Tia
- Irmã
- Tio

Qual a sua idade ?

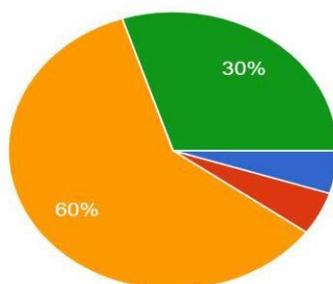
19 respostas



- Menos de 20 anos
- 21 á 30 anos
- 31 á 40 anos
- 41 á 51 anos
- 33

Você se autodeclara :

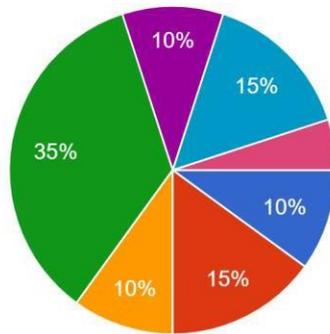
20 respostas



- Branco
- Índio
- Pardo
- Preto

### Qual seu grau de escolaridade ?

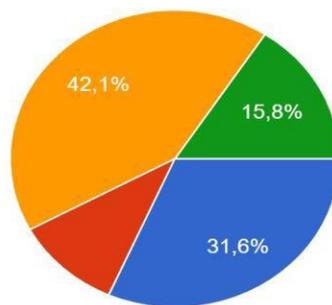
20 respostas



- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Mestrado

### Qual a sua renda mensal ?

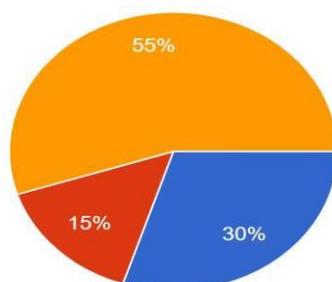
19 respostas



- Unicamente o BPC
- Unicamente auxílio Brasil
- 1 salário mínimo.
- 2 à 3 salários mínimos.

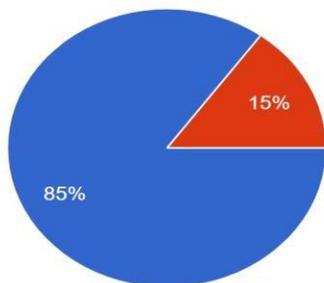
### A casa que sua família mora é :

20 respostas



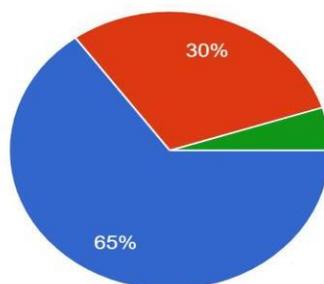
- Alugada.
- Cedida por terceiros.
- Própria.

Você mora :  
20 respostas



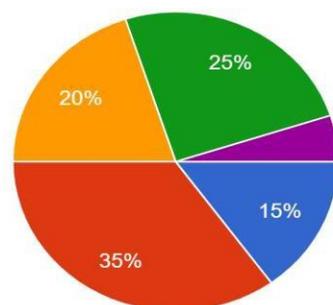
- Zona urbana.
- Zona rural.

Contando com você e sua criança com Nee, quantas pessoas moram em sua casa?  
20 respostas



- 2 á 4 pessoas.
- 5 á 7 pessoas .
- 8 á 10 pessoas.
- 4

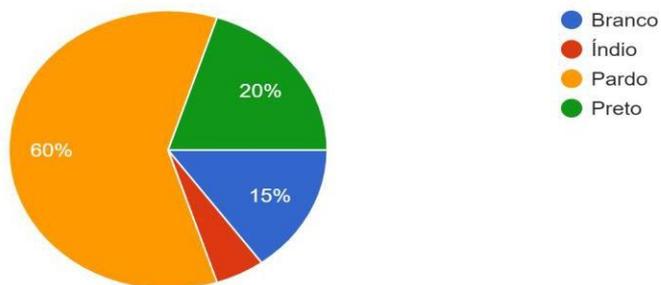
Qual a idade de sua criança?  
20 respostas



- 4 á 6 anos
- 7 á 9 anos
- 10 á 12 anos
- 13 á 15 anos
- 23 anos

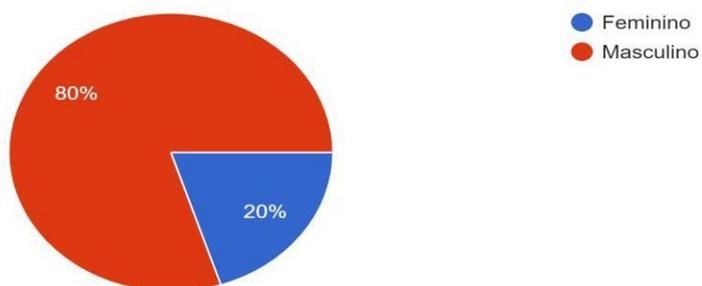
No tocante a etnia sua criança pode ser considerada :

20 respostas



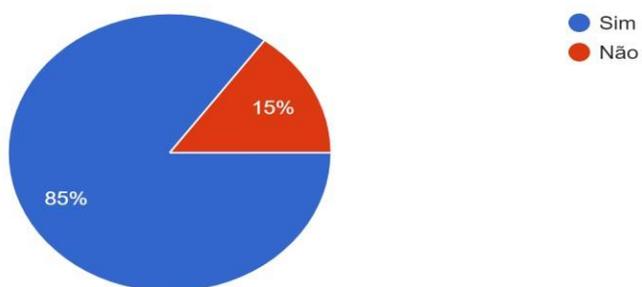
Qual o sexo de sua criança ?

20 respostas



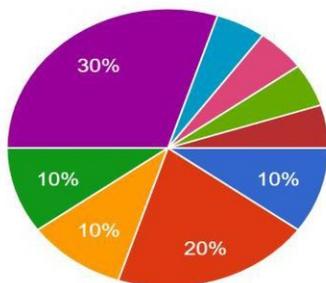
Seu filho com necessidade, educativa especial é aluno da rede pública de ensino ?

20 respostas



### Em qual série seu filho está?

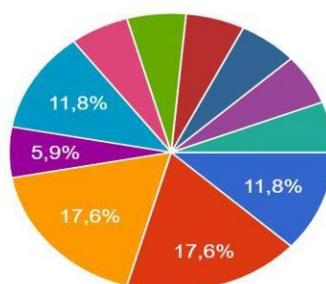
20 respostas



- 1º ano do ensino fundamental.
- 2º ano do ensino fundamental.
- 3º ano do ensino fundamental.
- 4º ano do ensino fundamental.
- 5º ano do ensino fundamental.
- Grupo 4 creche
- G VI
- 8º ano
- 7 ano

### Qual deficiência seu filho possui :

17 respostas

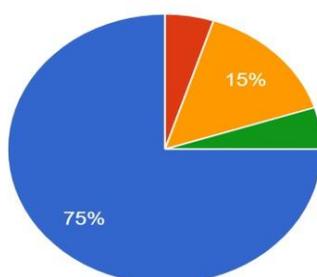


- Cognitiva.
- Intelectual
- Mental
- Motora
- Associação de duas ou mais deficiênc...
- Intelectual.
- Cognitiva.
- SÍNDROME DE DOWN

▲ 1/2 ▼

### Foi introduzido em sala de aula o cuidador, um profissional que acompanha, crianças com Necessidade Educativa Especial em sala de aula, aux...-as a realizar suas atividades. Você sabia disso ?

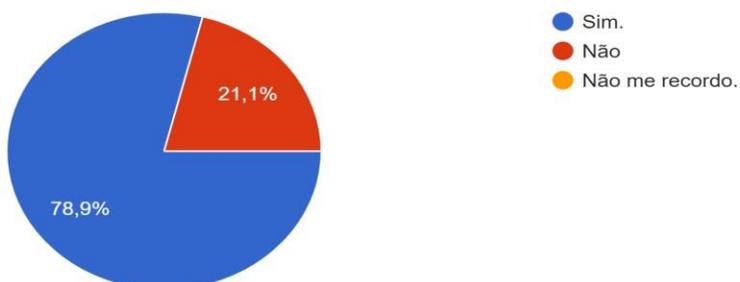
20 respostas



- Sim, eu sabia fui comunicado pela escola.
- Não me lembro de ter sido comunicado pela instituição de ensino
- Não sabia.
- Sou psicóloga e mãe de um adolescentes com TDAH e em minha cidade estamos lutando para que isso se concretize.

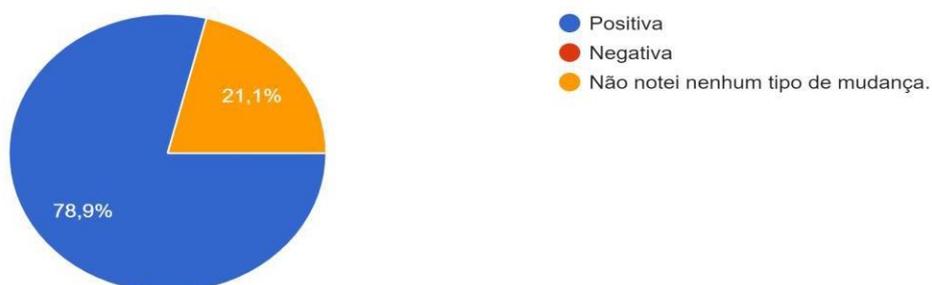
Após o cuidador ter sido inserido em sala de aula você notou alguma mudança no comportamento do se filho(a) ?

19 respostas



Caso sua resposta seja Sim você considera essa mudança:

19 respostas



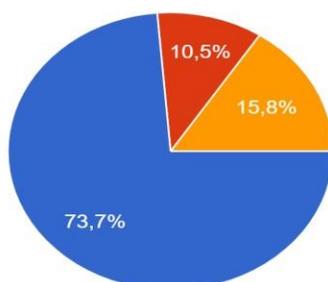
No tangente ao desempenho escolar você acredita:

19 respostas



Foi notada alguma mudança na interação do seu filho com os colegas de escola após o cuidador ter sido inserido em sala de aula:

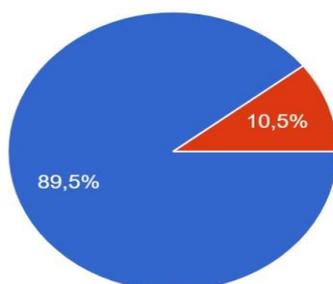
19 respostas



- Ele(a) interagiu ativamente com as outras crianças.
- Sua interação se limitou ao cuidador.
- Ele(a) utilizou o cuidador como mediador da interação com as outras crianças.

Em sua opinião seu filho(a) percebe a figura do cuidador como uma fonte de segurança e afeto?

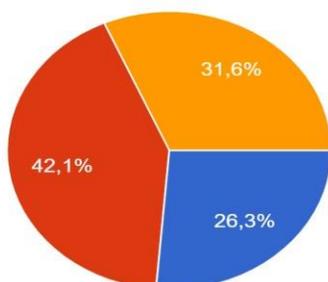
19 respostas



- Sim, ele(a) construiu uma relação de afeto e segurança com o seu cuidador.
- O cuidador não representa nenhuma influência sobre o meu filho(a).

Como era o desempenho do seu filho(a) antes da chegada do cuidador?

19 respostas



- Participava ativamente das atividades desenvolvidas em sala.
- Participava das atividades, porém não conseguia concluí-las
- Não conseguia participar de nenhuma atividade.

Você é a favor do cuidador em sala de aula?

21 respostas



- Sim.
- Não.

